

## **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 77/ 2021.**

Termo de contrato que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ** e a empresa **SOLANA TONELLO DE ALMEIDA**, tendo como objeto a **CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO COM ENCARGOS DE BENS IMÓVEIS PARA INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESAS QUE SE ESTABELEÇAM NO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ OU NELE AMPLIEM, DIVERSIFIQUEM, INOVEM OU MODERNIZEM SUAS INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS, COMERCIAIS, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, AGROPECUÁRIAS E DE TURISMO**, no município de Águas de Chapecó.

**MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 82.804.212/0001-96, com sede à Rua Porto União, nº 968, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Leonir Antonio Hentges, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº 756.\*\*\*.\*\*\*-68, residente e domiciliado na Avenida Joinville, Centro no Município de Águas de Chapecó, SC, doravante denominado de **CONCEDENTE**.

**Solana Tonello de Almeida**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob nº 38.826.540/0001-00, com sede na Rua Videira, nº 85, neste ato representado pelo (a) Sr(a) Solana Tonello de Almeida, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF/MF sob nº 076.\*\*\*.\*\*\*-96, estabelecido(a) na Rua Videira,555 doravante denominado de **CONCESSIONÁRIO**.

**FUNDAMENTO LEGAL:** O presente Contrato tem seu respectivo fundamento na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, e pela Lei Municipal nº 1911, de 20 de abril de 2017, Lei Municipal nº1988/2019 de 04 de novembro de 2019, bem como nas condições estabelecidas no Edital de Concorrência nº 02/2021, Processo Licitatório nº 85/2021, homologado e adjudicado em 28 de dezembro de 2021, vinculando-se, ainda, à proposta da CONCESSIONÁRIA, onde os mencionados acima resolvem contratar o objeto do presente, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO** – O presente instrumento contratual tem como objeto a **CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO COM ENCARGOS DE BENS IMÓVEIS PARA INCENTIVOS ECONÔMICOS À EMPRESAS QUE SE ESTABELEÇAM NO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ OU NELE AMPLIEM, DIVERSIFIQUEM, INOVEM OU MODERNIZEM SUAS INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS, COMERCIAIS, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, AGROPECUÁRIAS E DE TURISMO**, do seguinte Bem Imóvel, conforme item/espaco **01** e demais disposições contidas no Edital de Concorrência nº 02/2021 que com seus anexos e elementos da proposta vencedora datada de 28 de dezembro de 2021, que fazem parte integrante deste Termo de Contrato.

**ESPAÇO 01** – Edificação em alvenaria, com área construída de 128,11m<sup>2</sup> (cento e vinte e oito metros e onze centímetros quadrados), localizado na Rua Porto União, 570 – Centro, edificado sob o lote 01-A da quadra 02. Transcrição matrícula nº 5.045 no Cartório do Registro de Imóveis de São Carlos/SC. Patrimônio público municipal registro nº 5986.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DA CONCESSÃO** – Deverá o CONCESSIONÁRIO iniciar suas atividades e possuir **pessoa jurídica ‘Matriz’ ou “filial”**, a ser registrada ou transferida sua sede ao Município de Águas de Chapecó, sob pena de rescisão do contrato, **num prazo máximo de até 6 (seis) meses**, a contar da data de assinatura do presente contrato, ressalvadas as situações devidamente justificadas e aceitas pela administração municipal.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DA CONCESSÃO E RESTITUIÇÃO DOS BENS** – O prazo desta concessão será de **10 (dez) anos** (contados a partir da data da assinatura do Contrato), prorrogáveis por igual período, com cláusula de reversão.

**SUBCLÁUSULA ÚNICA** – Ao termino deste prazo poderá ser transferido ao beneficiário mediante o pagamento do valor de mercado do imóvel, deduzido o valor das benfeitorias realizadas devidamente autorizadas pelo poder Público Municipal, observadas os encargos previstos nesta lei.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE** – É assegurado ao CONCEDENTE o exercício, na defesa dos seus interesses e em nome da vontade pública, dos atos e ações previstos na legislação eleita para o presente instrumento, no Edital de Concorrência nº 02/2021 e aquelas em que fundamentam o interesse público, o direito de:

- a) Fiscalizar a utilização dos bens concedidos;
- b) Exigir o cumprimento dos encargos pactuados no edital de licitação e do contrato;
- c) Extinguir a concessão, nos termos previstos no edital e na forma a ser prevista no contrato;
- d) Fiscalizar a utilização dos bens concedidos. A Fiscalização será feita por funcionário municipal designado para tal incumbência;
- e) Em havendo rescisão do contrato, receber os bens patrimoniais no estado em que se encontrarem;
- f) Esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas;
- g) Aplicar as penalidades regulamentares e contratuais; e,
- h) Vistoriar periodicamente os bens concedidos.
- i)

**CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA** – É assegurado à CONCESSIONÁRIA o exercício da defesa de seus interesses, dos atos e ações previstos na legislação eleita no presente instrumento e no Edital de Concorrência nº 02/2021, bem como:

- a) Usufruir e aproveitar os resultados econômico-financeiros, resultantes da exploração da atividade industrial;
- b) Formar o quadro de pessoal necessário a execução dos serviços que irá explorar;
- c) Não poderá ceder, alugar, vender, e/ou permutar os bens patrimoniais que serão concedidos;
- d) Cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;
- e) Permitir aos encarregados da fiscalização, livre acesso, em qualquer época, as dependências onde estão localizados os bens concedidos;
- f) Fornecer ao Município sempre que solicitados quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre quaisquer assuntos solicitados;

- g) A Concessionária fica condicionada ao cumprimento da legislação do Meio Ambiente do Município, do Estado e da União;
- h) Manter os bens em perfeito estado de conservação e asseio, de modo a que se encontre em condições de atender plenamente as suas finalidades industriais;
- i) Cumprir o disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999;
- j) Consertar, as suas expensas, imediatamente, avarias nos bens concedidos, quando estas se verificarem e forem decorrentes do uso;
- k) O Concessionário deverá apresentar semestralmente, junto ao Departamento da Indústria, Comércio e Turismo, relatório de suas atividades, demonstrando estar cumprindo com as metas de desenvolvimento assumidas. O não atendimento ensejará a interpelação do mesmo, na forma da Lei Municipal nº 1911/2017, Lei Municipal nº1988/2019.
- l) Verificado pelo credenciado, mediante relatório circunstanciado, o descumprimento do disposto no presente edital, bem como nas suas cláusulas, o Concessionário, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, deverá tomar as providências cabíveis, sob pena de rescisão do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO:** O CONCESSIONARIO pagará pela concessão remunerada do uso do imóvel descrito no objeto do presente Edital, o valor determinado pela Comissão de Avaliação, em parcelas mensais pelo período que vigorar o contrato. No primeiro ano o valor a ser pago mensalmente, deverá ser recolhido em sua totalidade de forma antecipada, ou seja, em parcela única até o dia 17 de janeiro de 2022. A partir do segundo ano de vigência do contrato o valor será pago mensalmente, com vencimento até o 05 (quinto) dia útil do mês subsequente.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO:** O reajuste será conforme IGPD-I (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna) média anual após o primeiro ano de contrato ou outro que vier a substituir no período de vigência da concessão.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO –** Constitui motivo para rescisão unilateral do contrato, independente de sanções legais e contratuais aplicáveis:

- a) Quando a proponente ou vencedora recusar-se a assinar o contrato, estando a sua proposta dentro do prazo de validade;
- b) Quando a proponente ou vencedora transferir ou ceder o objeto desta licitação, no todo ou em parte, sem prévia autorização da contratante;
- c) Quando a proponente ou vencedora cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais ou municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida;
- d) A declaração de falência, a solicitação de concordata, a liquidação ou dissolução da proponente, ou falecimento no caso de firma individual;
- e) Quando a proponente ou vencedora praticar por omissão ou ação, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia dolo ou má fé, venham causar danos à contratante ou a terceiros, independente da obrigação de reparar os danos causados.

**CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:** O CONCESSIONÁRIO que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes sanções expressas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, isolada e conjuntamente, a serem julgadas por processo administrativo competente por iniciativa da Administração Municipal a saber: advertência, multa, declaração de inidoneidade e suspensão do direito de licitar e contratar, sendo advertida por escrito sempre que infringir as obrigações contratuais.

**SUBCLÁUSULA PRIMEIRA** – O descumprimento das normas impostas implicará, ao CONCESSIONÁRIO, aplicação dos Artigos da Lei municipal nº 1911/2017 e nº 1988/2019, bem como a imediata devolução dos bens concedidos.

**SUBCLÁUSULA SEGUNDA** – A CONCESSIONÁRIA não incorrerá em multa na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ou de responsabilidade da CONCEDENTE.

**SUBCLÁUSULA TERCEIRA** – A suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública, declarada em função natureza e gravidade da falta cometida, considerando, ainda, as circunstâncias e o interesse do ente, não poderá ser superior a 02 (dois) anos.

**SUBCLÁUSULA QUARTA** – Se o valor da multa não for pago, será cobrado administrativamente, podendo, ainda, ser inscrito como dívida ativa e cobrado judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL:** Qualquer dano causado ao CONCEDENTE ou a terceiros, por ato comissivo ou omissivo, doloso ou culposo da CONCESSIONÁRIA ou de seus prepostos, sujeitará esta, independentemente de outras combinações contratuais e legais, ao pagamento de perdas e danos.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO:** O CONCEDENTE fará publicar, nos meios legais, extrato do presente Contrato, que é condição indispensável para sua eficácia, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da assinatura do contrato, parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS** – Quaisquer dúvidas surgidas na execução deste Contrato serão dirimidas pelas partes, durante a sua vigência, passando as decisões, assim tomadas, a fazer parte integrante do mesmo.

**CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA – DO FORO** - Fica eleito o foro da Comarca de São Carlos, SC, para dirimir questões decorrentes deste contrato, com renúncia expressa aos demais.

E, para que este contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Águas de Chapecó/SC, 28 de dezembro de 2021.

---

Leonir Antonio Hentges  
Prefeito municipal

---

Solana Tonello de Almeida  
Concessionário